

A CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A VISÃO DE CONTADORES E DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE*

ACCOUNTING IN DECISION-MAKING IN MICRO AND SMALL BUSINESS: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE VISION OF ACCOUNTANTS AND MICRO AND SMALL ENTREPRENEURS OF THE CITY OF PORTO ALEGRE

Francine Pereira da Silva**

Ângela Rozane Leal de Souza (Orientadora)***

RESUMO

Este artigo busca evidenciar a visão de contadores e de micro e pequenos empresários em relação à utilização da contabilidade na tomada de decisões das micro e pequenas empresas. A elaboração da pesquisa se deu a partir da seguinte questão-problema: qual a percepção dos contadores e dos micros e pequenos empresários quanto ao uso da informação contábil para a tomada de decisões? Para embasar o estudo, elucidam-se conceito e finalidade da contabilidade e das principais demonstrações contábeis, e a definição e contexto econômico da micro e pequena empresa no Brasil. De acordo com os objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva, e o levantamento de dados se deu por meio de dois diferentes questionários de perguntas fechadas, aplicados a 78 contadores atuantes em organizações contábeis da cidade de Porto Alegre e a 92 micro e pequenos empresários da mesma cidade no período de agosto a outubro de 2018. Os resultados obtidos demonstram que a contabilidade ainda é vista, pelos pequenos negócios, como ferramenta para atendimento às exigências legais e para comprovações perante instituições financeiras e fornecedores, e, também, que o contador considera as demonstrações contábeis extremamente importantes nas tomadas de decisões das MPE. Conclui-se, portanto, que os contadores possuem consciência da importância da contabilidade para a tomada de decisões nas micro e pequenas empresas, mas que suas visões não possuem influência impactante nesse ramo de clientes por estes considerarem esse tipo de ferramenta útil apenas para as grandes organizações.

Palavras-chave: Tomada de decisões. Demonstrações contábeis. Micro e Pequena Empresa.

ABSTRACT

This article seeks to highlight the vision of accountants and micro and small entrepreneurs in relation to the use of accounting in the decision-making of micro and small enterprise. The research was based on the issue problem: what is the perception of accountants and micro and small entrepreneurs in the use of accounting information for decision-making? To support the study, the concept and purpose of accounting and the main accounting statements, and the definition and economic context of micro and small enterprises in Brazil are elucidated. According to the objectives, a qualitative and descriptive research was carried out, and the data

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (francine2601@gmail.com).

*** Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutora em Agronegócio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UFRGS. (angela.rsl@gmail.com).

collection was done through two different questionnaires of closed questions, applied to 78 accountants working in accounting organizations in the city of Porto Alegre and 92 micro and small entrepreneurs of same town from August to October 2018. The results show that accounting is still seen by small business as a tool to meet legal requirements and to prove to financial institutions and suppliers, and that the accountant considers the financial statements to be extremely important in the decision-making of MSE. It is concluded, therefore, that the accountants are aware of the importance of accounting for decision-making in micro and small enterprises, but that their vision has no impact influence in this branch of clients because they consider this type of tool useful only for large organizations.

Keywords: Decision-making. Accounting statements. Micro and Small Business.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Silva (2003), no mundo contemporâneo, caracterizado pela globalização do capitalismo e pelos fluxos de informação, as empresas são constantemente desafiadas a adaptarem-se às rápidas mudanças de um mercado extremamente competitivo. Para sobreviver, as organizações devem levar em conta as expectativas dos clientes, as estratégias competitivas, os avanços tecnológicos, as políticas governamentais e as condições momentâneas da economia e da sociedade (SILVA, 2003). Entre essas organizações encontram-se as micro e pequenas empresas (MPE), que, segundo pesquisa do SEBRAE (2017), têm um papel importante no país, visto que representam mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Além disso, são as principais geradoras de riqueza no comércio brasileiro, correspondendo a 53,4% do PIB do setor. Na Indústria e no Serviço, correspondem a 22,5% e 36,3% respectivamente (SEBRAE, 2017).

Com certa frequência, conforme Marion (2015) observa-se muitas empresas, principalmente as pequenas, falindo ou enfrentando sérios problemas de sobrevivência, sendo o fator derradeiro, além da carga tributária, encargos sociais, falta de recursos, juros altos, entre outros, constata-se que, em muitos dos casos uma má gerência nas tomadas de decisão sem respaldo, sem dados confiáveis. Nesses casos, observa-se, também, uma contabilidade distorcida, conseqüente de sua elaboração ter sido feita, exclusivamente, para atender às exigências fiscais (MARION, 2015).

Nesse ambiente, de acordo com Iudícibus et al. (2010), a Contabilidade proporciona aos administradores uma variedade de informações sobre diversos aspectos da gestão financeira das organizações. Ainda segundo Iudícibus et al. (2010), o administrador que sabe utilizar a informação contábil e que conhece as limitações inerentes a ela, dispõe de um poderoso instrumento de trabalho para tomadas de decisões eficientes e, também, para obter conhecimento da situação atual da empresa e do grau de acerto ou desacerto de suas decisões anteriores. Levando em conta esse contexto, a presente pesquisa propõe a seguinte questão: **qual a percepção dos contadores e dos micros e pequenos empresários quanto ao uso da informação contábil para a tomada de decisões?**

O presente estudo tem como objetivo conhecer a visão de contadores e de micro e pequenos empresários a respeito da utilização da contabilidade na tomada de decisões nas micro e pequenas empresas. Para isso, a pesquisa utilizou-se de um questionário voltado para contadores atuantes em organizações contábeis, e de um questionário voltado para micro e pequenos empresários, para analisar as relações entre as duas visões e buscar compreender os motivos da utilização, ou não, da contabilidade como esse tipo de ferramenta nesse segmento de empresas.

Diante do exposto, evidencia-se a atual relevância das micro e pequenas empresas no contexto econômico do país, junto a esse fato um alto índice de encerramento precoce dessas

empresas no Brasil estando relacionado a uma gestão econômico-financeira deficiente. Desse modo, de acordo com Marion (2015), acredita-se que a correta utilização das demonstrações contábeis é crucial para a tomada de decisões das organizações.

Este estudo contribui para a Ciência Contábil evidenciando a maneira que a contabilidade é vista, atualmente, pelos pequenos negócios, e como os profissionais contábeis consideram a sua atividade para esse segmento de empresa. Para isso, buscou-se compreender as razões para o uso ou o desuso da contabilidade como ferramenta de tomada de decisões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Objetivando embasar os assuntos que serão abordados na pesquisa, faz-se necessária a apresentação de conceitos e de estudos relacionadas ao tema. Dessa forma, a seguir, serão apresentados conceitos de contabilidade, de demonstrações contábeis e, também, pesquisas relacionadas, que deram apoio à elaboração deste estudo.

2.1 CONTABILIDADE: CONCEITO E FINALIDADE

A Contabilidade teve origem, basicamente, a partir da necessidade de donos de patrimônio de mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas (MARION, 2015). Dessa forma, Marion (2015) também afirma que é possível afirmar que seu surgimento se deu em função de um usuário específico, o homem proprietário de patrimônio, que, tendo em mãos as informações contábeis, passa a ter melhor conhecimento da “saúde” econômico-financeiro de seu negócio, possuindo dados que propiciam tomadas de decisões mais adequadas.

Conforme Marion (2009), além dos administradores e/ou gerentes, investidores, fornecedores, bancos e governos também são usuários da Contabilidade e a utilizam para conhecer a situação de uma organização. Os investidores se interessam em obter lucro, por isso utilizam os relatórios contábeis para analisar a rentabilidade da empresa, os fornecedores de mercadorias e os bancos se interessam em saber se a empresa tem condições de honrar suas dívidas, e o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos (MARION, 2009).

Sendo uma ciência social aplicada, a Contabilidade possui metodologia criada, especialmente, para a captação, registro, acúmulo, resumo e interpretação dos fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente (IUDÍCIBUS, et al., 2010). Segundo Marion (2015), esta é considerada um grande instrumento para coleta de dados econômicos, os mensurando monetariamente, os registrando e sintetizando-os em relatórios ou comunicados, a Contabilidade mede os resultados das organizações e avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para as tomadas de decisões.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme o IBRACON (NPC 27, 2005), as demonstrações contábeis representam, monetária e estruturadamente, a posição patrimonial, financeira e a posição das transações que foram realizadas por uma entidade em uma certa data. Essas demonstrações mostram, também, os resultados do gerenciamento dos recursos feito pela Administração (SILVA, 2012).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26, 2011), para satisfazer seus objetivos, as demonstrações contábeis proporcionam informações a respeito de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas, alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles, e fluxos de caixa. O CPC 26 (2011) também cita que essas informações ajudam seus usuários a prever futuros fluxos de caixa da entidade e prever, também, a época e o grau de certeza de sua geração.

Moraes Júnior (2013) afirma que as “[...] demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-os em classes de acordo com as suas características econômicas”. Essas classes são denominadas “elementos” das demonstrações contábeis e que são divididas em dois tipos, sendo eles: elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço: ativos, passivos e patrimônio líquido, e elementos diretamente relacionados à mensuração do desempenho na demonstração contábil do resultado: receitas e despesas (MORAES JÚNIOR, 2013).

O CPC 26 (2011) cita o conjunto completo das demonstrações contábeis como sendo:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração do Resultado Abrangente;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f) Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente, ou por algum órgão regulador, ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- g) Notas Explicativas (complemento às demonstrações).

Verifica-se, então, que, seguindo estruturas recomendadas, as demonstrações contábeis têm a utilidade de gerar informações para seus usuários. Estas demonstram a situação da empresa e servem como base para tomadas de decisões, tanto de gestores, quanto de usuários externos, como investidores.

2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial, segundo Padoveze (2014), é uma demonstração que reflete a posição do conjunto patrimonial de uma entidade em determinado instante, podendo ser definido como a representação estática do patrimônio por ser um relatório estático. Dessa maneira, como o BP evidencia a situação patrimonial de um ente em um determinado instante, no minuto seguinte um novo fato poderá alterá-lo, fazendo com que se tenha, a partir disso, um novo Balanço (PADOVEZE, 2014). Conforme Ribeiro (2014, p. 39), “essa demonstração deve compreender todos os Bens e Direitos, tanto Tangíveis (materiais) como Intangíveis (imateriais), as Obrigações e o Patrimônio Líquido da Entidade.”

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG 26, 2016), o Balanço Patrimonial constitui-se pelo Ativo, representado por bens, direitos e aplicações de recursos controlados pela entidade, pelo Passivo, representado pelas origens de recursos referentes a obrigações com terceiros, e pelo Patrimônio Líquido, que se refere a recursos próprios de uma entidade, sendo seu valor a diferença resultante dos valores do Ativo e do Passivo. No Balanço Patrimonial, as contas são classificadas conforme os elementos do patrimônio que as mesmas registram, e estas são agrupadas de modo que facilitem a análise da situação financeira da empresa (RIBEIRO, 2014).

Visto isso, evidencia-se que uma análise correta do Balanço Patrimonial permite verificar a evolução do patrimônio e das finanças de uma entidade, comparando o período atual com os anos anteriores.

2.2.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório que objetiva apresentar variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido de uma entidade em um determinado período (RIBEIRO, 2014). A Lei nº 6.404/1976, ainda segundo

Ribeiro (2014), não estipula um modelo de DMPL que deva ser utilizado pelas empresas, mas menciona essa demonstração quando permite que a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) seja incluída nela, se elaborada e publicada pela organização, sendo assim, as mesmas informações que devem constar na DLPA, precisam estar na DMPL, levando em consideração que, nesta, as informações se referem à movimentação de todas as contas do PL.

De acordo com o CPC 26 (2011), na DMPL deve aparecer o resultado abrangente, apresentando, separadamente, o montante total que é atribuído aos donos da organização controladora e o montante que corresponde à participação de não controladores. Ribeiro (2014, p.79) cita que “os dados para elaboração dessa demonstração são extraídos do livro Razão, bastando, portanto, consultar a movimentação ocorrida, durante o exercício, em cada uma das contas do Patrimônio Líquido.”. Conforme citado anteriormente, como a Lei não fixou um modelo para a DMPL, as empresas ficam livres para elaborá-la (RIBEIRO, 2014).

2.2.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício, conforme Ribeiro (2014, p. 58) “é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da empresa.”. Portanto, Ribeiro (2014) também afirma que a DRE é uma demonstração que apresenta o resultado econômico apurado pela empresa no desenvolvimento de suas atividades no decorrer de um período que, geralmente, é de um ano.

De acordo com Marion (2015), tendo em vista que o período social tem duração de um ano, e que a cada exercício será apurado o resultado do período para saber se houve lucro ou prejuízo, ao final desse período todas as despesas e receitas serão transferidas para a Demonstração do Resultado do Exercício. No período seguinte, serão apuradas receitas e despesas, começando-se do zero, pois receita e despesa não se acumulam de um ano para o outro, devido à Independência Absoluta de Períodos (MARION, 2015).

Silva (2012) cita que na determinação do resultado do exercício deverá ser observado o princípio contábil da competência, isto é, as despesas e as receitas deverão ser incluídas na apuração do resultado do exercício em que as mesmas ocorreram, sempre que se correlacionarem, independentemente de pagamento ou recebimento. Devem ser apurados no resultado do exercício as receitas e os rendimentos ganhos no período, independente da sua realização em moeda, e as perdas, encargos, custos e despesas, pagos ou incorridos, que correspondam a essas receitas e rendimentos citados (SILVA, 2012).

2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme Ribeiro (2014), é um relatório que busca evidenciar as transações que ocorreram em um determinado período e que modificaram o saldo das contas Caixa e Equivalentes de Caixa. É uma demonstração reduzida dos acontecimentos administrativos ocorridos no decorrer de um determinado período, que envolvem fluxos de dinheiro devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) das contas Caixa, Bancos conta Movimento e Equivalentes de Caixa (RIBEIRO, 2014).

Padoveze (2014) cita os principais objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa conforme segue:

- a) evidenciar a origem de recursos e onde eles foram aplicados;
- b) elucidar a movimentação do caixa, que é o elemento patrimonial financeiro mais importante no sentido da análise da solvência e liquidez da entidade;

- c) apresentar o caminho percorrido do lucro até o caixa, pelo método indireto, respondendo à uma questão fundamental para analisar a liquidez de uma empresa: como o lucro se transformou (ou não) em caixa?;
- d) evidenciar os vários fluxos de pagamentos e recebimentos que ocorreram na empresa.

A DFC deve ser elaborada com base no regime de caixa, onde são considerados o momento efetivo do ingresso e desembolso de recursos da empresa, não somente os decorridos das receitas e despesas, mas, também, os decorrentes de todas as origens e aplicações de recursos, como, por exemplo, do recebimento de duplicatas emitidas no exercício, da aquisição ou alienação de bens e da captação e pagamento de empréstimos (SILVA, 2012).

De acordo com Padoveze (2014), há dois tipos de Demonstração de Fluxo de Caixa, o método direto e o método indireto. O método direto é, tradicionalmente, utilizado pelos gestores da tesouraria da empresa e estrutura-se com base nas movimentações efetivas financeiramente e que constem nos relatórios contábeis do caixa e equivalentes, e neste constam valores efetivamente pagos, com um mínimo de classificação para fins de análise (PADOVEZE, 2014).

Já o método indireto, ainda conforme Padoveze (2014), é mais utilizado em publicações internacionais, e evidencia, dentro do mesmo período considerado pela DRE, onde a empresa obteve recursos e onde aplicou dinheiro. As principais fontes de recursos são a obtenção de lucros, as novas entradas de capital e os novos empréstimos ou financiamentos, e as principais aplicações de recursos são o capital de giro próprio, aplicações de longo prazo e a aquisição de investimentos, imobilizado ou intangíveis (PADOVEZE, 2014).

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado é um relatório contábil que apresenta a produção de riqueza de uma organização, ou seja, quanto essa organização agregou de valor aos seus fatores de produção e a maneira que ocorreu a distribuição dessa riqueza entre interessados, como empregados, acionistas, financiadores e governo, bem como quanto dessa riqueza não foi distribuído (RIBEIRO, 2014). Assim, ainda de acordo com Ribeiro (2014), a DVA objetiva demonstrar o que originou a riqueza da empresa e de que forma essa riqueza foi distribuída entre os contribuidores, diretos ou indiretos, de sua geração.

Anteriormente à Lei nº 11.638/07, a DVA não possuía obrigatoriedade, podendo ser elaborada de acordo com o interesse de cada organização, vindo a se tornar obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto a partir de 2008, porém anteriormente algumas organizações já a divulgavam (SILVA, 2012). Moraes Júnior (2013, p. 533) afirma que “a DVA deve ser apresentada de forma comparativa, mediante a divulgação simultânea de informações do período anual e do anterior.”.

Segundo Consenza (2003), a estrutura da DVA aborda toda geração e distribuição de riqueza de uma organização. Caso seja utilizada, essa demonstração torna-se uma ferramenta para desenvolvimento de informações importantes e adicionais para ser utilizada em análises da situação econômico-financeira de uma empresa, tendo em vista sua capacidade de apresentar aos seus usuários os benefícios gerados pela atividade-fim da entidade (COSENZA, 2003).

2.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE)

Conforme informação fornecida pela Secretaria da Receita Federal (2000), há alguns indicadores utilizados para definir uma empresa como Micro e Pequena Empresa, tais como o número de empregados, o faturamento, a totalização dos ativos líquidos e a estrutura de propriedade da empresa. No entanto, apesar das diferentes definições, há características que são

inerentes às MPE, como a grande participação na geração de empregos, o alto índice de nascimento e mortalidade, o custo fixo elevado de suas operações, a alta variação na lucratividade, na sobrevivência e no crescimento, e a dificuldade para obterem financiamentos (BRASIL, 2000).

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, são consideradas Micro e Pequenas Empresas as sociedades empresárias, as sociedades simples, as empresas individuais de responsabilidade limitada e os empresários registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Para isso, ainda de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, a Microempresa deve obter, em cada ano, uma receita bruta igual ou menor a R\$ 360.000,00, e a Pequena Empresa receita bruta maior do que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00.

Segundo pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014), ocorre um aumento progressivo na relevância das MPE na economia brasileira, visto que no ano de 1985 a participação dessas empresas na economia do país era de 21%; no ano de 2001 aumentou para 23% e em 2011 para 27%. O aumento desta participação se deu tanto no setor de serviços quanto no setor do comércio, apresentando redução apenas na atividade das indústrias, nas quais são predominantes as médias e grandes empresas, que possuem benefício de economias de escala (SEBRAE, 2014).

O SEBRAE (2016) afirma que, entre os pequenos negócios, as microempresas são o grupo de empresas que possui maior taxa de fechamento, tanto pelo grande número de empresas desse porte no grupo dos pequenos negócios, quanto pela taxa de mortalidade do próprio segmento, portanto acredita-se que as empresas maiores do que a microempresa, como por exemplo a pequena empresa, que já possui um capital maior e uma estrutura melhor organizada, tendem a ter maior chance de sobrevivência no mercado. A mortalidade das empresas, muitas vezes, é resultado de uma combinação de fatores que podem ser agrupados em quatro grandes grupos, sendo eles: a situação da empresa antes da abertura (tipo de ocupação do empresário, experiência no ramo e motivação para abrir o negócio); o planejamento do negócio; a gestão da organização e a capacitação dos proprietários para realizar a gestão empresarial a partir de boas tomadas de decisão (SEBRAE, 2016).

2.4 CONTABILIDADE PARA A TOMADA DE DECISÕES

A Contabilidade Gerencial é um instrumento que pode auxiliar os gestores das entidades no processo de decisão, tendo em vista que a mesma registra, resume, verifica e interpreta os dados de natureza econômico-financeira, que refletem as atividades das organizações (PADOVEZE, 2014). Esta ciência contábil permite, também, avaliar e comparar os resultados empresariais de mais de um período (HORNGREN, SUNDEM E STRATTON, 2004).

Conforme Marion (2015) pode-se considerar a contabilidade gerencial como um sistema de informação que se destina a fornecer dados para apoiar seus usuários a tomarem decisões. Nesse sentido, Silva (2012) afirma que nos relatórios contábeis estão contidos importantes dados que dão suporte à realização de projetos empresariais, melhorando a visualização do cenário econômico-financeiro da organização e auxiliando o processo decisório. Com base nos dados extraídos das demonstrações contábeis, uma empresa pode alinhar suas escolhas, a partir das análises das informações levantadas, distanciando-se de decisões meramente intuitivas (SILVA, 2012).

Horngren, Sundem e Stratton (2004) destacam que a Contabilidade Gerencial deve fazer a vinculação entre ações dos gestores e os resultados das empresas, para que estes possam avaliar que direção tomar e mensurar o impacto de ações gerenciais no desempenho da empresa. Identificada como parte do processo de informações, o qual visa identificar, mensurar, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos

organizacionais gerados pelo sistema contábil, esta ciência tem a finalidade de prover elementos, principalmente, para os usuários internos (HORNGREN, SUNDEM E STRATTON, 2004).

Sob esse enfoque, Atkinson et. al (2010) salienta que a contabilidade gerencial tem nos seus objetivos basilares a elaboração de relatórios, com vistas ao planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisões internas, normalmente na forma de relatórios de custos, de desempenho e outros relatórios especiais, rotineiros ou não, de forma a facilitar a tomada de decisões. Entretanto, salienta-se que os usuários dos dados gerados pela Contabilidade Gerencial, não se limitam apenas ao ambiente interno, uma vez que os dados da empresa são necessários para os outros *stakeholders* que compõem a empresa (ATKINSON et. al, 2010).

Nesse ambiente, Padoveze (2012) destaca que a tomada de decisão dos gestores consiste em três grandes etapas: análise do problema, o desenho de curso de ação e a implementação da decisão. Após a identificação do problema, através dos dados levantados e dos relatórios de apoio, o contador gerencial efetua uma análise que tem o intuito de orientar os gestores sobre qual melhor forma de eliminar ou corrigir eventuais problemas empresariais, para que a empresa possa alcançar os objetivos por esta delineados (PADOVEZE, 2012).

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

A contabilidade na tomada de decisões tem sido objeto de pesquisas em todo o Brasil nos últimos anos. Os resultados de alguns desses estudos, que estão relacionados à presente pesquisa, estão demonstrados no Quadro 1:

Quadro 1- Estudos relacionados à pesquisa

ESTUDOS RELACIONADOS À PESQUISA		
AUTOR/ANO	OBJETIVO DA PESQUISA	CONCLUSÃO DA PESQUISA
Moreira <i>et al.</i> (2013)	Avaliar a percepção dos gestores sobre a importância atribuída às informações contábeis e sua utilização nos negócios.	O estudo concluiu que a contabilidade é utilizada para atender obrigações fiscais e trabalhistas, em decorrência dos gestores não terem conhecimento da importância da informação contábil. Foi concluído, também, que os gestores com maior nível de formação compreendem a relevância da contabilidade, mas não manteriam o contador caso houvesse uma simplificação no recolhimento dos tributos.
Ribeiro, Freire e Barella (2013)	Apresentar a importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas, e a relevância de informações contábeis no processo de gestão, principalmente na tomada de decisões, na visão dos micro e pequenos empresários.	O estudo concluiu que os gestores não utilizam a contabilidade como ferramenta gerencial para a formulação do processo de tomada de decisão, sendo que a maioria não possui conhecimento sobre a contabilidade para esse fim e, por consequência, utiliza a contabilidade somente para fins fiscais e legais da empresa.

ESTUDOS RELACIONADOS À PESQUISA		
AUTOR/ANO	OBJETIVO DA PESQUISA	CONCLUSÃO DA PESQUISA
Lima (2016)	Identificar como as informações contábeis, provenientes de um aplicativo móvel, estão sendo utilizadas por micro e pequenas empresas.	O estudo concluiu que a implantação do aplicativo permitiu que usuários que antes não possuíam acesso a informações do seu negócio tivessem a oportunidade de utilizar informações gerenciais como base para tomada de decisão. O fato de as informações estarem disponíveis por meio de dispositivos móveis se destacou como um diferencial facilitador de acesso à informação, fazendo com que ela seja acessada com uma frequência maior, tornando-se parte do planejamento da empresa e possibilitando decisões baseadas em informações sobre o negócio.
Xavier Filho e Moura, (2016)	Investigar como a informação advinda da contabilidade é utilizada no processo decisório em pequenas e médias empresas.	O estudo concluiu que o gestor não utiliza, ou pouco utiliza, informações contábeis em suas decisões. Evidenciou-se que o gestor toma decisões baseado em informações, porém as mesmas não advêm da contabilidade, mas de uma ferramenta de gestão (<i>software</i>).
Ferreira e Silva (2016)	Identificar como as micro e pequenas empresas do setor de vestuário e confecção de Goiânia utilizam as informações contábeis gerenciais no processo de tomada de decisões.	O estudo concluiu que as micro e pequenas empresas do segmento de confecções e vestiários, sediadas em Goiânia-GO, responsáveis por 52% dos empregos e 40% da massa salarial da capital goiana, não utilizam as informações geradas pela contabilidade gerencial para as tomadas de decisão, mas, sim, recorrem a experiências dos gestores de mercado. E 40% dessas empresas não estão dispostas a pagar por um serviço diferenciado dos contadores. E que esses contadores, restringem-se a apresentar apenas informações referente a questões fiscais e trabalhistas.

Fonte: elaborado a partir dos dados obtidos na pesquisa (2018).

A partir dos estudos relacionados que estão expostos no Quadro 1, evidencia-se que alguns estudos apontam carência de informação por parte dos gestores das micro e pequenas empresas. Nota-se que as atividades contábeis ainda são muito vinculadas às exigências do Fisco, e que, por não saberem que as informações contábeis são fonte de informações importantes sobre a situação empresarial, estes gestores acabam não as utilizando para apoiar os processos decisórios.

Lima (2016) aborda em seu estudo a implantação de um aplicativo que armazena informações contábeis das organizações. Verificou-se, conforme o estudo de Lima (2016), que tendo essas informações à mão, em um meio bastante utilizado atualmente (*internet*), o acesso foi facilitado, o que tornou mais frequente o uso dessas informações, fazendo com que essas fizessem parte do dia-a-dia das empresas, tornando-as parte do planejamento e das tomadas de decisões das mesmas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se a classificação da pesquisa, a população e a amostra e a coleta e tratamento dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A respeito da abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois seu intuito é qualificar os resultados advindos do questionário criado para obter os dados que serão analisados nesta pesquisa. Segundo Godoy (1995), o modelo qualitativo de pesquisa busca obter dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, visando a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos participantes dessa situação.

Quanto aos objetivos da pesquisa, este estudo tem caráter descritivo, que tem como uma de suas principais características a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2010). A pesquisa caracteriza-se dessa forma, pois utiliza as respostas do questionário, citado anteriormente, para analisar duas visões que são alvos do estudo.

No que se refere ao procedimento técnico utilizado, o desenvolvimento da pesquisa se deu por levantamento, ou *Survey*, que, de acordo com Gil (2010), é caracterizado pela interrogação direta das pessoas que se deseja conhecer o comportamento. O autor também cita que a solicitação de informações é feita a um grupo significativo de pessoas a respeito do problema estudado, para, a partir disso, obterem-se conclusões correspondentes aos dados coletados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O estudo foi desenvolvido em cima de duas populações. A primeira delas sendo organizações contábeis compostas por Empresário, MEI (microempreendedor individual) e EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada), totalizando, no Rio Grande do Sul (RS), até outubro de 2018, o número de 1.571 (CFC, 2018). Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) estimou que, até outubro 2018, a população do RS era de 11.329.605 pessoas, e que a população de Porto Alegre representa 13% da população do RS, utilizando esse percentual para estimar a população almejada de organizações contábeis da cidade, chega-se ao número aproximado de 204. A segunda população utilizada para a pesquisa é composta por micro e pequenos empresários da cidade de Porto Alegre, classificados dessa forma, conforme a Lei Complementar 123/2006, por auferirem anualmente receita bruta igual ou menor a R\$ 360.000,00 (micro) e receita bruta maior do que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00 (pequena). Esses totalizaram, até outubro 2018, o número de 124.771, conforme dado fornecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do RS (JucisRS).

Tendo em vista essas quantidades de organizações contábeis e de micro e pequenas empresas, destaca-se que um nível de confiança de 95% e considerando uma margem de erro de 9%, a primeira amostra foi composta por 76 indivíduos. Já a amostra de micro e pequenos empresários, com um nível de confiança de 90% e erro amostral de 9%, foi composta por 84 indivíduos.

Foi considerado o percentual de erro amostral tolerável de 9% (nove por cento). Tais empresas foram escolhidas através da amostragem não probabilística intencional, e, segundo Barbetta (1999), o número amostral se baseou da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

N = tamanho (nº de elementos) da população

n = tamanho (nº de elementos) da amostra

n₀ = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra

E₀ = erro amostral tolerável

3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Na presente pesquisa, a coleta dos dados se deu através de dois questionários aplicados por meio do Google Formulários, de forma *on-line*, contendo perguntas fechadas, onde a pesquisadora define as alternativas que podem ser apontadas pelo pesquisado, e sendo aplicados no período de agosto a outubro do ano de 2018. Um dos questionários foi direcionado aos contadores de organizações contábeis da cidade de Porto Alegre e o outro aos micro e pequenos empresários da mesma cidade, a fim de comparar e analisar a relação entre suas visões a respeito da contabilidade na tomada de decisões das micro e pequenas empresas.

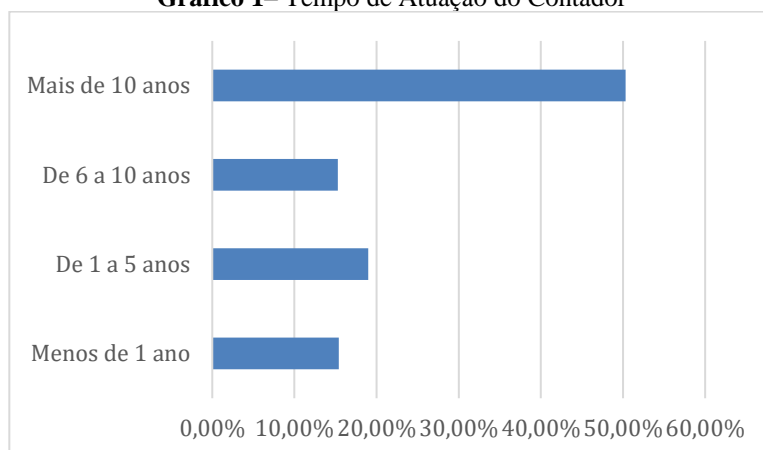
De forma a legitimar as perguntas elaboradas no questionário, houve a validação do mesmo com especialistas em contabilidade gerencial, sendo: um professor da área contábil, dois contadores da grande Porto Alegre, escolhidos por conveniência (salienta-se que ambos os contadores participantes do pré-teste possuem mais de dez anos de experiência na área contábil) e dois pequenos empresários da região estudada. Com a realização do pré-teste, foi possível sanar dúvidas que pudessem aparecer aos respondentes, no momento da aplicação do questionário e deixá-lo com um maior nível de compreensão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas as informações e análises realizadas a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados para esta pesquisa.

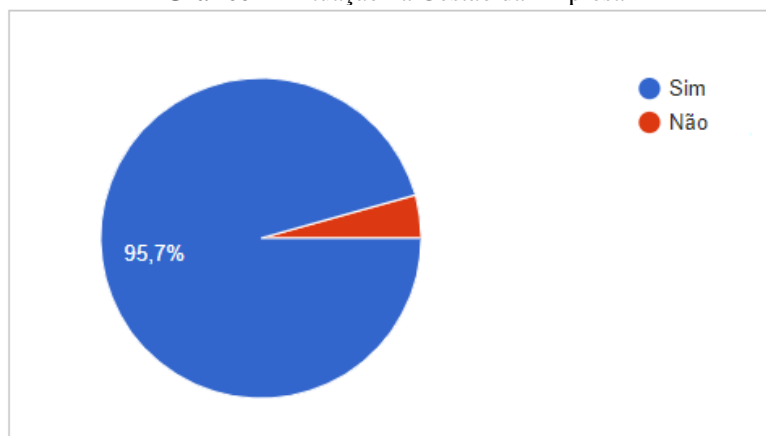
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

O primeiro questionário, dos dois questionários aplicados, foi direcionado a contadores atuantes em organizações contábeis da cidade de Porto Alegre e obteve 78 respostas. Metade dos respondentes atua como contador há mais de 10 anos, 19,2% de 1 a 5 anos, 15,4% há menos de 1 ano e 14,3% atua de 6 a 10 em organizações contábeis, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1– Tempo de Atuação do Contador

Fonte: elaborado pela autora (2018).

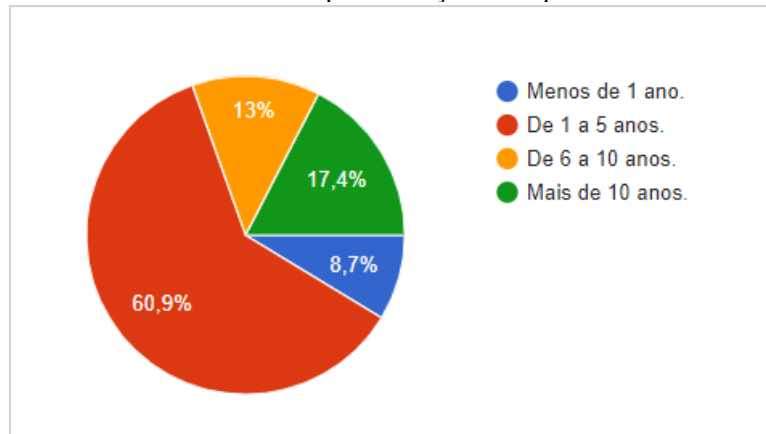
O segundo questionário, aplicado a micro e pequenos empresários da cidade de Porto Alegre, obteve 92 respostas. Desse total, 88 respondentes, representando 95,7% da amostra, atuam diretamente na gestão das micro ou pequenas empresas, conforme demonstra o Gráfico 2:

Gráfico 2– Atuação na Gestão da Empresa

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 3 demonstra que as empresas da maioria dos respondentes está de 1 a 5 anos no mercado. Levando em consideração que, quanto ao porte das empresas dos micro e pequenos empresários respondentes, a maioria era microempresa, sendo pequena empresa os 43,5% restantes, elucidando o fato, de acordo com SEBRAE (2016), de que as micro e pequenas empresas possuem a maior taxa de mortalidade entre os pequenos negócios.

Gráfico 3– Tempo de atuação da empresa no mercado



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Ainda sobre os micro e pequenos empresários, a maior parte dos respondentes possui ensino superior incompleto, o restante se divide em 26,1% com ensino superior completo, sendo a área da Administração predominante nessa formação, perdendo apenas para outros cursos que não estavam nas alternativas contidas na questão, 21,7% ensino médio completo e 17,4% pós-graduação. O Quadro 2 demonstra esses perfis:

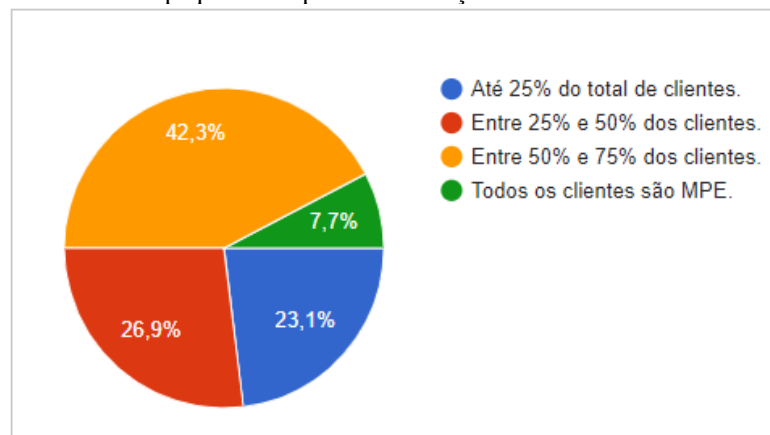
Quadro 2 – Escolaridade/Formação Micro e Pequenos Empresários

Nível de Escolaridade	%	Área de Formação Superior	%
Ensino Médio Incompleto	0,00	Administração	21,70
Ensino Médio Completo	21,70	Economia	8,70
Ensino Superior Incompleto	34,80	Engenharia	4,30
Ensino Superior Completo	26,10	Saúde	0,00
Pós-Graduação	17,40	Outros	30,40
		Não se aplica	34,8

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A maior parte dos respondentes contadores possui as micro e pequenas empresas contemplando entre 50 e 75% da sua carteira de clientes (Gráfico 4), 26,9% dos contadores possui micro ou pequenas empresas entre 25 e 50% do total de seus clientes, 23,1% respondeu que até 25% do total de seus clientes são micro ou pequenas empresas e 7,7% afirmou que todos os seus clientes são MPE.

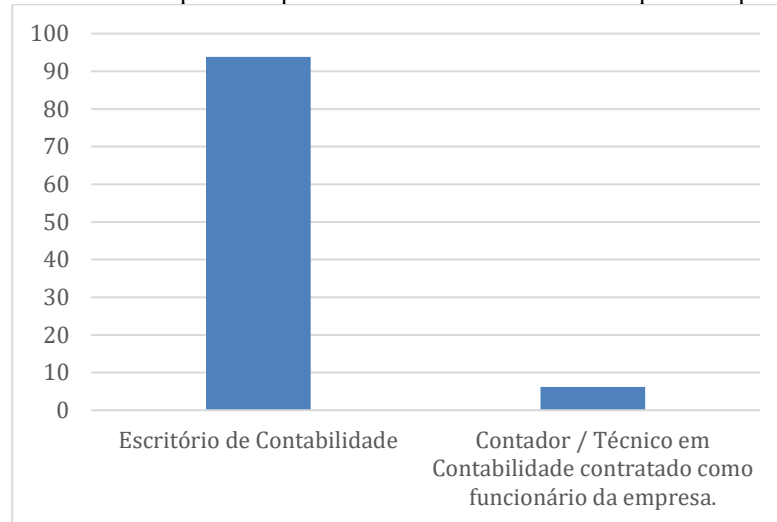
Gráfico 4 – Percentual de micro e pequenas empresas em relação ao total de clientes dos Contadores



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Esse dado vai ao encontro do fato da maioria dos micro e pequenos empresários ter respondido que a contabilidade de suas empresas é responsabilidade de um escritório de contabilidade (Gráfico 5). De acordo com a pesquisa de Lima (2016), quando a contabilidade é feita dentro da empresa, os gestores tendem a dar maior importância à mesma, a utilizando como base para a tomada de decisões financeiras, contudo, quando feita externamente, a contabilidade é associada, principalmente, ao cumprimento de obrigações fiscais.

Gráfico 5 – Responsável pela contabilidade da Micro e Pequena Empresa

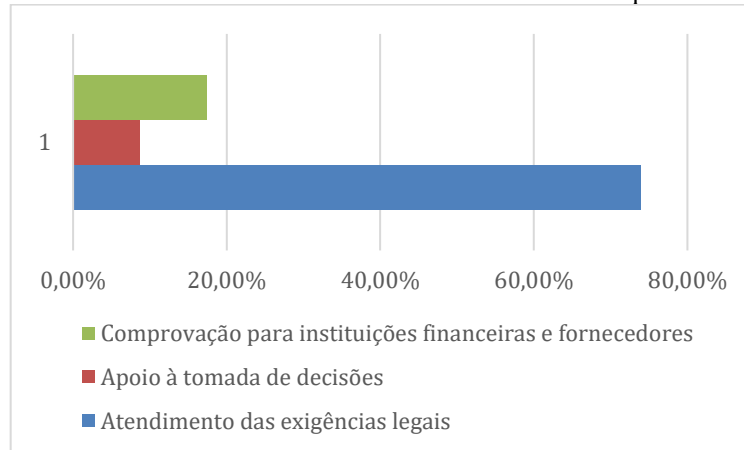


Fonte: elaborado pela autora (2018).

Sobre o setor de atuação das micro e pequenas empresas, tanto clientes dos contadores respondentes, quanto propriedade dos micro e pequenos empresários respondentes, o setor de Serviços predominou nas respostas, sendo 53,8% a parcela dos contadores que realizaram esta afirmação e 65,2% dos micro e pequenos empresários que afirmaram fazer parte deste setor.

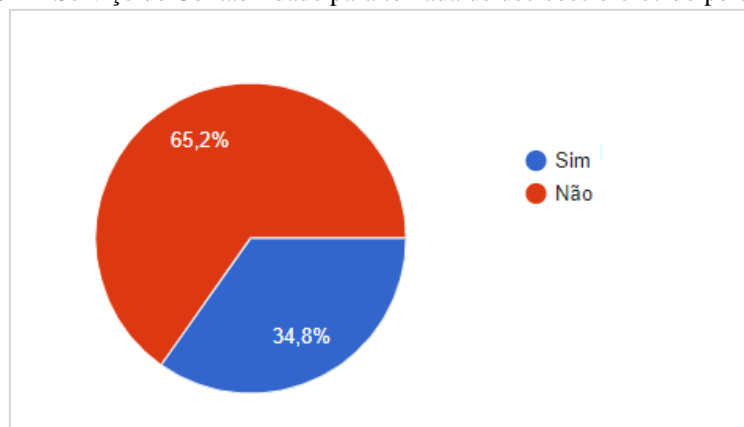
4.2 A CONTABILIDADE PARA A TOMADA DE DECISÕES DAS MPE

Foi questionado aos micro e pequenos empresários qual é a finalidade da contabilidade para suas empresas. O Gráfico 6 demonstra que a maioria considera como o principal fim da contabilidade nas micro e pequenas empresas o atendimento das exigências legais, depois disso a comprovação junto a entidades financeiras e fornecedores e, por último, o apoio à tomada de decisões.

Gráfico 6 – Finalidade da Contabilidade na visão dos Micro e Pequenos Empresários

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Esse fato se liga às respostas dos 53,8% dos contadores, quando perguntado quantos de seus clientes MPE contratam os serviços contábeis para atender, exclusivamente, às exigências legais. Estes responderam que de 66% a 100% de suas micro e pequenas empresas-clientes utilizam seus serviços para este fim. A pesquisa de Xavier Filho e Moura (2016) também apresenta resultados que evidenciam que a função da contabilidade nas empresas analisadas é somente para fins fiscais e tributários, pois os empresários afirmam que as informações contábeis que chegam para a empresa são apenas guias para pagamento de tributos.

Gráfico 7 – Serviço de Contabilidade para tomada de decisões oferecido pelo contador

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 7 aponta que 65,2% dos micro e pequenos empresários respondentes afirmam que seus contadores não oferecem a contabilidade como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões.

Quando perguntado aos contadores se os mesmos oferecem a opção da contabilidade para essa finalidade, 50% dos respondentes afirmaram que às vezes oferecem essa opção, 46,2% que sempre oferecem e 3,8% que nunca oferece.

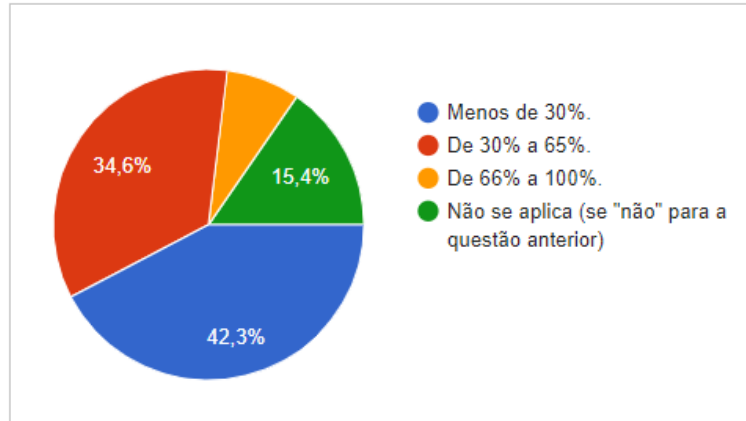
4.2.2 Demonstrações Contábeis no auxílio à tomada de decisões

Dos micro e pequenos empresários respondentes, 43,5% afirmam que já solicitaram, ao profissional de contabilidade que presta serviço à sua empresa, a elaboração de uma ou mais demonstrações contábeis para fim de tomada de decisões. Destes, 30,4% relataram que as demonstrações contábeis solicitadas cumpriram com as expectativas, 13,1% que foram mais

úteis do que o esperado e 56,5% que não se aplica, pois nunca solicitaram a elaboração de alguma demonstração contábil.

Contudo, quando perguntado aos contadores se alguma de suas micro e pequenas empresas-clientes solicita essa elaboração, a maioria respondeu que sim. O Gráfico 8 demonstra as respostas dos contadores a respeito de quantos de seus clientes MPE fazem esse tipo de solicitação.

Gráfico 8 – Serviço de Contabilidade para tomada de decisões oferecido pelo contador



Fonte: elaborado pela autora (2018).

A maior porcentagem dos contadores afirma que menos de 30% dos seus clientes MPE solicitam as demonstrações contábeis para tomada de decisões, e a menor parte afirma que de mais de 66% de seus clientes solicitam. Esses dados se relacionam com o estudo de Moreira et al. (2013), onde se verificou que parte considerável dos micro e pequenos empresários pesquisados não recebe qualquer relatório contábil, revelando uma carência na assessoria contábil prestada, onde os contadores não estão proporcionando maior segurança na decisão de seus clientes, permitindo que eles tomem decisões sem nenhuma base financeira sólida.

A respeito de quanto os contadores e os micro e pequenos empresários consideram importantes as demonstrações contábeis para a tomada de decisões das MPE, dos contadores, 11,5% consideram importantes, 38,5% muito importantes e 50% extremamente importantes.

Já dos micro e pequenos empresários, 17,4% não consideram importantes, 8,7% consideram pouco importantes, 30,4% consideram importantes, 17,4% muito importantes e 26,1% extremamente importantes.

O Quadro 3 demonstra que, na visão dos contadores e dos micro e pequenos empresários pesquisados, as demonstrações contábeis importantes para a tomada de decisões das MPE são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo que 21,7% dos micro e pequenos empresários não consideram as demonstrações contábeis importantes para a tomada de decisões das MPE.

Quadro 3 – Importância das Demonstrações Contábeis na Visão do Contador e do MPE

Demonstrações Contábeis	Contadores	Micro e Pequenos Empresários
BP	84,60%	43,50%
DRE	84,60%	52,20%
DMPL	19,20%	4,30%
DFC	76,90%	47,80%
DVA	3,80%	0%
Não se aplica	0%	21,70%

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No Quadro 4, são apresentadas as visões dos contadores e dos micro e pequenos empresários pesquisados sobre a importância que cada demonstração contábil tem na tomada de decisões nas MPE.

Quadro 4 – Grau de Relevância das Demonstrações Contábeis

Relevante / Dem. Cont.	Contadores					Micro e Pequenos Empresários				
	<i>Nada</i>	<i>Pouco</i>	<i>Relevante</i>	<i>Muito</i>	<i>Extremamente</i>	<i>Nada</i>	<i>Pouco</i>	<i>Relevante</i>	<i>Muito</i>	<i>Extremamente</i>
BP	0,00%	7,70%	7,70%	23,10%	61,50%	26,10%	4,30%	26,10%	4,30%	39,10%
DRE	0,00%	7,70%	7,70%	11,50%	73,10%	26,10%	4,30%	21,70%	8,70%	39,10%
DMPL	11,50%	26,90%	42,30%	11,50%	7,70%	43,50%	13,00%	26,10%	4,30%	13,00%
DFC	0,00%	7,70%	11,50%	19,20%	61,50%	34,80%	4,30%	13,00%	13,00%	34,80%
DVA	26,90%	38,50%	11,50%	15,40%	7,70%	43,50%	17,40%	26,10%	0,00%	13,00%

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Nota-se que a maioria dos contadores considera o BP, a DRE e a DFC extremamente relevantes para tomada de decisões nas MPE, enquanto a visão dos micro e pequenos empresários já é mais dividida, considerando que 39,10% dos respondentes considera o BP extremamente relevante e 26,10% considera nada relevante. A DVA é considerada nada relevante por 26,9% dos contadores pesquisados e por 43,5% dos micro e pequenos empresários.

Por fim, é perguntado aos contadores e aos micro e pequenos empresários a que os mesmos atribuem a não solicitação das demonstrações contábeis para fins de tomada de decisões por parte das MPE. Dentre as alternativas apresentadas, as respostas mais escolhidas pelos contadores foram:

- ao desconhecimento em relação às Demonstrações Contábeis por parte dos Micro e Pequenos Empresários, e;
- ao entendimento dos Administradores das MPE de que as Demonstrações Contábeis são mais úteis para grandes empresas.

Os micro e pequenos empresários afirmaram que essa não solicitação se deve a:

- seu contador não oferecer o serviço de elaboração das Demonstrações Contábeis para esse fim, e;
- enxergar que as Demonstrações Contábeis são importantes apenas para empresas de grande porte.

Observou-se, neste estudo, que as demonstrações contábeis são pouco utilizadas para a tomada de decisões das MPE, ao mesmo tempo que os contadores que prestam serviços para essas entidades consideram as demonstrações uma aliada ao processo decisório. É possível que esse fato se deva ao desconhecimento da maior parte dos administradores dessas empresas, que não possui conhecimento aprofundado das demonstrações contábeis e, por isso, as considera desnecessárias para o porte de suas empresas. Este estudo se alinha aos resultados obtidos na pesquisa de Ferreira e Silva (2016) que verificaram que 41% dos gestores das MPE não pagariam a mais por melhores informações advindas da contabilidade, por estarem cortando gastos, o que demonstra a baixa valorização das informações contábeis nesse tipo de empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo conhecer a visão de contadores e de micros e pequenos empresários a respeito da utilização da contabilidade na tomada de decisões nas micro e pequenas empresas. A partir de seus objetivos, os resultados da pesquisa podem ser encontrados ao longo do capítulo 4, de análise e discussões dos resultados, que abrange na seção 4.1 a análise do perfil dos respondentes, na seção 4.2 a contabilidade para a tomada de decisões das MPE e na subseção 4.2.1 as demonstrações contábeis no auxílio à tomada de decisões.

Foi observado que a metade dos contadores pesquisados são experientes na área, considerando que atuam há mais de dez anos. Somente 15% possuem menos de um ano de experiência. A maioria destes contadores não atua exclusivamente com MPE, todavia, mais da metade de seus clientes enquadram-se nesta modalidade de empresa e atuam no setor de serviços.

Já quanto às empresas pesquisadas, a maioria também faz parte do setor de serviços, estando há menos de cinco anos em atividade, e mais de 90% destas terceirizam os serviços de contabilidade. Quanto à formação dos empresários respondentes, somente 26,1% possui formação superior, destes, 21,7% são da área de Administração. Mais da metade dos empresários pesquisados consideram a principal finalidade da contabilidade o atendimento das questões legais e, como segunda opção, como ferramenta de apoio na tomada de decisão.

Dos contadores, 50% afirmaram que somente em algumas vezes oferecem o serviço de contabilidade como apoio à tomada de decisões de micro e pequenas empresas-clientes, mesmo as considerando importantes para este fim. Verifica-se que este fato está ligado à percepção dos contadores de que o interesse de seus clientes está focado no atendimento das exigências legais e não à melhora da qualidade de suas tomadas de decisões. Nesse sentido, 65,2% dos empresários afirmam que os contadores não oferecem o serviço de contabilidade para apoio à tomada de decisões, mas uma parte considerável também não solicita este tipo de serviço. Essa informação fica de acordo com a informação dada pelos contadores a respeito da porcentagem de seus clientes MPE que solicitam uma ou mais demonstrações contábeis para a tomada de decisões. Entre os empresários que solicitam a elaboração de uma ou mais demonstrações contábeis para fins de tomada de decisões, o índice de satisfação do serviço é alto.

Os contadores consideram o BP e a DRE as demonstrações mais importantes para a tomada de decisões das MPE, já os micros e pequenos empresários consideram a DRE e a DFC as demonstrações mais importantes para a tomada de decisões. Os respondentes, visando justificar o motivo da baixa utilização da contabilidade como apoio à tomada de decisões das MPE, enfatizaram que as empresas, normalmente, desconhecem o apoio à tomada de decisões que as demonstrações contábeis proporcionam e que, por isso, não demonstram interesse neste serviço. Verifica-se ainda que, na visão da maior parte dos contadores pesquisados, este fato pode estar ligado aos gestores dessas micros e pequenas empresas acreditarem que estas demonstrações são mais adequadas às grandes organizações.

A maioria dos empresários justifica a não contratação do serviço contábil para fim de tomada de decisões com o fato de seus contadores não oferecerem o serviço para este fim, e, também, por considerarem a elaboração das demonstrações contábeis mais adequada às grandes empresas. Nota-se que a maior parte das empresas pesquisadas é gerida por seus proprietários, os quais não possuem formação superior completa. Entre os que possuem, a maioria não é da área administrativa ou econômica. Isto justifica o desconhecimento das demonstrações contábeis que são, reconhecidamente, fundamentais para o controle patrimonial e financeiro das organizações. Também pode evidenciar os altos índices de encerramento prematuro das micros e pequenas empresas no Brasil (SEBRAE, 2016).

Em contrapartida, nota-se que a maior parte dos contadores pesquisados, mesmo reconhecendo a importância das demonstrações contábeis para as micros e pequenas empresas,

acaba não oferecendo este serviço aos seus clientes MPE. Este fato liga-se ao reconhecimento, por parte dos contadores, de que este serviço não é interessante a esse ramo de clientes. Tendo isto em vista, sugere-se, para futuros estudos, uma pesquisa buscando entender a quem cabe a função da conscientização das MPE de que a contabilidade é uma ferramenta fundamental para a saúde econômico-financeira, também, dos pequenos negócios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1999.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Tratamento Tributário da Micro e Pequena Empresa no Brasil**. Brasília, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/09TratamentoTributarioMicroPequenaEmpresa.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 26**: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2013.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TG26 (R4)**: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26R4.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Nova estrutura do balanço**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/nova-estrutura-do-balanco/>>. Acesso em: 15 set. 2018. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, edição comemorativa, p. 7-29, out. 2003.

FERREIRA, Celma Duque; SILVA, Gilberto Crispim. A contabilidade como ferramenta gerencial no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do ramo de confecções e vestuário em Goiânia. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC**, 23, 2016, Porto de Galinhas, PE. Anais (on-line). Porto de Galinhas: CBC, 2016. Disponível

em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4152/4153>>. Acesso em 30 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. NPC nº 27: demonstrações contábeis. **Portal de Contabilidade**, São Paulo, 2005.

Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de Elias Pereira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Douglas Almeida. **Utilização de informações contábeis de aplicativos baseados em tecnologia cloud computing para a tomada de decisão em micros e pequenas empresas**.

2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Contábeis Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20280>>. Acesso em 31 out. 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAES JÚNIOR, José Jayme. **Contabilidade geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 119-140, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119/24553>>. Acesso em: 30 out. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Andressa; FREIRE, Eduardo José; BARELLA, Lauriano Antonio. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta-MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. **REFAF - Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, Alta Floresta, v. 2, n. 1, p. 32-61, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/91/pdf>>. Acesso em 30 out. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Em cinco anos, número de pequenos negócios crescerá 43%. **Agência Sebrae de Notícias**, [Brasília], 9 out. 2017. Disponível em:

<<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/em-cinco-anos-numero-de-pequenos-negocios-crescera-43,608b10f0fc10f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Wellington Diolice Felix da. **Introdução à gestão da informação**. São Paulo: Alínea, 2003.

XAVIER FILHO, José Lindenberg; MOURA, Vitor José de. Informação contábil e tomada de decisão: evidências de uso em uma organização industrial de médio porte. **RMC - Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 70-82, set./dez. 2016. Disponível em:

<<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=389&path%5B%5D=415>>. Acesso em 30 out. 2018.